

# 27-09-2015 - Entrevista coletiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, nas Nações Unidas - Nova Iorque/EUA

Nova Iorque - EUA, 27 de setembro de 2015

**Presidenta:** Bom dia a todos. Eu queria introduzir a questão que, para nós, é muito importante que foram os ODS, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como a Agenda-2030. Nós realizamos a Rio+20 e, a Rio+20 definiu uma visão a respeito da relação entre desenvolvimento e sustentabilidade ao afirmar que era possível crescer, incluir, conservar e proteger. O Brasil, ao receber a Rio+20, junto com os demais países afirmou, eu acredito, um dos principais rumos na questão do desenvolvimento humano e, ao mesmo tempo, da preservação do nosso planeta.

Por isso, nessa Conferência que, ao mesmo tempo, trata da questão da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nós fizemos a nossa declaração, o nosso INDC, aqui, nesta manhã. E acredito que o Brasil tem feito um esforço grande no sentido da preservação ambiental, inclusive, de forma voluntária, a partir da COP-15 em Copenhague. Alguns dos nossos objetivos eles constam da lei. E, eu queria só enfatizar, que nós investimos na agricultura de baixo carbono, mantivemos a nossa matriz energética, ou seja, tanto a de combustível quanto a de eletricidade, como sendo uma das mais limpas do mundo, e reduzimos de forma bastante efetiva o desmatamento, em torno de 82%.

Agora, neste contexto da Agenda-2030, nós viemos a público definir algumas das nossas pretensões. Nós pretendemos enquanto país, no que se refere ao uso da terra, no que se refere à energia em geral, no que se refere a padrões de consumo e de produção, nós pretendemos alcançar, no horizonte de 2025, com base no ano de 2005, uma redução de 37%. Já no que se refere ao ano de 2030, com base também em 2005, a redução será de 43% da emissão de gases de efeito estufa.

Essa nossa ambição ela se expressa em alguns números: nós pretendemos, no horizonte até 2030, a partir agora eu vou falar, sobretudo, até 2030. Nós pretendemos o fim do desmatamento ilegal. O fim do desmatamento ilegal até 2030, obviamente, nós podemos através do esforço do país e da sociedade, nós podemos antecipá-lo, mas a nossa meta é chegar ao fim do desmatamento ilegal em 2030.

Pretendemos, também, a restauração e o reflorestamento de 12 milhões de hectares; a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas; a integração dos cinco milhões de hectares, lavoura-pastagem-pecuária.

Na área de energia nós garantimos 45% de fontes renováveis na produção de energia como um todo no Brasil. É bom lembrar que nos países, no conjunto dos países, a média mundial, portanto, é de 13%, enquanto que na OCDE a média seria de 7%. Então 45% é um número bastante significativo. Como é que nós compomos esse número? Nós compomos, porque tem 66%, é bom lembrar que a matriz energética é: matriz de eletricidade e matriz de combustível. Na matriz de eletricidade, 66% é da fonte hídrica na geração de energia elétrica, de eletricidade. A participação de 23% das fontes renováveis, aí excluídas a energia elétrica,

eólica, solar e biomassa, na geração de energia elétrica, repetindo. O aumento de 10% na eficiência elétrica.

Ao mesmo tempo nós pretendemos, na matriz de combustível, na matriz de energia para transporte, a participação de 16%, do quê? De etanol carburante e também... Eu falei errado, é na matriz energética, de 16% de etanol carburante e das demais biomassas, na matriz elétrica, totalizando, então, 16%. Então, esses 16% são integrados tanto por etanol carburante quanto por, por exemplo, bagaço de cana para gerar eletricidade.

Tudo isso significa a contribuição do Brasil para que não haja um aumento na temperatura para além do limite máximo de 2% neste século. Ah, desculpa 2% não, dois graus Celsius, nesse século. Eu acho que esse é o nosso esforço para contribuir para algo que é crucial para a humanidade.

Essas adaptações, que são necessárias frente à mudança climática, ela vai ter de ser acompanhada de, também, transformações, portanto, importantes, como nós vimos, no uso da terra, na agropecuária, nos padrões de consumo, nos padrões de produção e também na energia. Sabemos que o setor onde é mais desafiador a redução é no setor de energia. E, portanto, acredito que o Brasil está dando uma contribuição importante, significativa, para a redução de emissões e para que se concretize, eu acho, nesse século, a preservação do meio ambiente. Nós somos um dos países, acredito que outros virão também, a assumir uma meta absoluta de redução das emissões, mas até agora somos o único país que assumiu uma meta absoluta. Tenho certeza que outros virão, se já não vieram.

Nós temos uma das maiores populações e um dos maiores PIBs, também, quando se trata de países emergentes, e também somos a sétima economia do mundo. Portanto, as nossas metas elas são ambiciosas e, ao mesmo tempo, elas também preservam o crescimento do nosso país. Mas elas são ambiciosas porque nós achamos que é fundamental para a estabilidade do nosso crescimento ele ser sustentável. A nossa INDC considera, também, ações de mitigação e adaptação e nós também consideramos necessidades de financiamento e transferência de tecnologia e formação de capacidades. Agora, nós estamos fazendo as nossas metas com os nossos recursos. Obviamente se tivermos mais recursos, ou faremos as metas mais rápido, ou podemos, inclusive, aumentá-las.

Nós temos, também, e reconhecemos a importância da cooperação Sul-Sul em um esforço global de combate à mudança do clima, além do que, acreditamos que o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, é essencial para que os países em desenvolvimento não tenham, não sofram, pelo fato de terem entrado atrasados na rota do crescimento e da industrialização, que tem, como os senhores sabem, um potencial muito maior de emissão do que a situação de em desenvolvimento, de emergentes. Então, essa questão desse princípio torna-se uma questão de justiça, equilíbrio e, eu diria, de padrões, eu acho, de responsabilidades comuns, porém, diferenciadas. Nós falamos isso com muita tranquilidade, porque não estamos falando em causa própria, não estamos falando para... Tendo em vista o que estamos propondo para nós, estamos propondo metas que eu acredito que dificilmente também serão atingidas, em termos absolutos, por países desenvolvidos. Se forem, melhor, mas o que eu quero dizer é o seguinte: mesmo fazendo isso, nós reconhecemos a importância para os países em desenvolvimento de terem apoio, suporte e metas diferenciadas.

Eu também quero enfatizar, dentro do espírito da Rio+20, em crescer, incluir, conservar e proteger, que, para nós do Brasil, as políticas de inclusão social são fundamentais, e essas políticas contribuíram para que nós tirássemos mais de 36 milhões de pessoas da pobreza extrema e também tirássemos e elevássemos à classe média uma parte expressiva da nossa população, em torno de 40 milhões de pessoas. Sabemos que esse processo de inclusão é

um processo contínuo, um processo que exige a nossa sistemática atenção: do governo, da sociedade, dos empresários, dos trabalhadores, dos micro e pequenos empreendedores, enfim, de toda a sociedade brasileira. O Brasil, inclusive, saiu, no ano de 2014, do Mapa da Fome. Eu lembro que um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável chama Fome Zero - zero hungry- não é? E essa Fome Zero, ela é algo que nós, no passado, tivemos como um objetivo central, que é responsável pelo fato de nós termos conseguido, de fato, uma tecnologia que permitisse, porque é uma tecnologia social, que permitiu que nós tirássemos 36 milhões da pobreza extrema.

Nós tivemos avanços em vários programas, mas temos uma consciência. Essa consciência, eu acho que ela tem de perpassar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: é que o fim da pobreza extrema é simplesmente o começo de uma trajetória, porque todas as pessoas quererão melhor acesso a serviços, mais educação, mais saúde, enfim, é uma trajetória. Portanto, eu acredito que o mundo dá um passo muito importante ao articular aqui, nesse plenário, hoje, a partir da abertura feita pelo Santo Papa, a articular um esforço comum de cooperação, de construção de um caminho tanto para a sustentabilidade do nosso planeta como para a prosperidade das pessoas e dos países. Obrigada.

Agora eu... Pois não. Eu vou pedir, principalmente à minha querida imprensa brasileira, que eu tenho de falar, eu tenho pouco tempo, eu tenho de falar sobre isso que foi lançado. Agradeço, Tânia Maria.

**Jornalista:** Inaudível

**Presidenta:** Eu vou insistir, Tânia, eu não vou responder nada a respeito de mudanças, na minha reforma administrativa. Então vamos ver a questão do desmatamento.

Nós fizemos um esforço bastante grande e conseguimos uma redução expressiva do desmatamento, 82%. É óbvio, como você disse, um país tão grande, ele precisa de fiscalização. Nós sempre fizemos fiscalização integrada: Exército, todas as Forças Armadas; fizemos com a Polícia Federal e com a própria força do Meio Ambiente, para reprimir todos os crimes ambientais; e fomos bem sucedidos. A prova de que fomos bem sucedidos é que fizemos uma redução de 82%. Agora, Tânia, eu concordo contigo que tem desafios sempre, cada vez que você tentar coibir para chegar ao desmatamento zero, mas não tem como, a gente tem de fazer isso porque isso é fundamental para o Brasil e para o mundo. Então, um país que conseguiu uma redução de 82% no desmatamento tem todas as condições para chegar ao desmatamento ilegal zero.

Eu quero falar uma outra coisa: nós aprovamos um Código Florestal. O nosso Código Florestal talvez seja um código bastante - está entre os mais avançados do mundo. Esse código também restringe o desmatamento nas propriedades. É fundamental que se mantenha a proteção sobre os rios, sobre os riachos, nos topos de morro, enfim, o código florestal também delimita o que é possível fazer, do que não é possível fazer. Daí a importância do cadastro nacional que está sendo feito para permitir que os proprietários de terras no Brasil, os pequenos, os médios e os grandes, tenham condições de ter uma política ambiental que vai, ao contrário do que algumas poucas pessoas pensam, vai permitir uma melhoria das próprias condições da produção. Porque quando a gente fala, não é retórico, que é possível crescer, incluir, conservar e proteger, o que nós estamos dizendo é o seguinte: é possível ter uma agricultura de qualidade e, ao mesmo tempo, proteger o meio ambiente, é isso que nós estamos falando. Ô gente, eu não tenho como escolher, você quer passar para mim a palavra, porque é muito desagradável escolher.

**Jornalista:** Em inglês.

**Presidenta:** Olha, a nossa experiência demonstra que você tem que combinar ações de

repressão. Tem que colocar o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, a serviço, junto com a Polícia Federal e também o Ibama, todos os órgãos ambientais que cuidam daquela localidade. Se não se reprimir, se espalha novamente, porque são áreas remotas.

Aí, ao largo disso, há que criar as condições para que as pessoas tenham incentivo para outras atividades. No caso da Amazônia, tem uma região dentro da Amazônia, que aqui a imprensa conhece, que ela tem uma característica: ela é a produção na área de tecnologia da informação, de eletrônicos, que emite pouco. Isso é uma coisa, ou seja, tem uma fonte de recursos para manter os 20 milhões que moram na Amazônia com renda, rendimento, com trabalho, com oportunidades em geral. Isso é uma coisa.

Tem uma outra questão: quando eu disse para vocês aqui que nós vamos... Vou até repetir, nós vamos restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares, o que nós estamos fazendo é simplesmente oferecer, também, uma atividade produtiva extremamente vantajosa para que as pessoas não olhem para criação de gado, nem para o desmatamento para plantio. Aliás, o desmatamento para plantio no Brasil também ele tem sido reduzido. Nós produzimos mais com menos área plantada, por quê? Porque temos um processo de tecnologia que permite isso. Somos, talvez, uma das agriculturas mais tecnológicas do mundo. Temos uma empresa chamada Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária que é capaz de adaptar para as nossas condições edafoclimáticas, adaptar às condições de biomas, às condições de terra, de insolação, adaptar e tornar produtiva a agricultura brasileira. E aí eu não estou falando só dos grandes não, eu estou falando dos grandes e dos pequenos. Porque nós temos uma política específica para os pequenos, de expandir a produção de alimentos do Brasil. Aliás, é importante dizer: uma parte fundamental da produção de alimentos brasileira vem da pequena agricultura familiar. E ela é hoje suportada, em que pese todas as nossas dificuldades, em que pese todas as nossas dificuldades econômicas que os senhores conhecem. Nós fizemos um Plano Safra da agricultura comercial e da agricultura familiar que totaliza mais de R\$ 200 bilhões. Neste ano. O que para nós é extremamente importante, porque nós não queremos voltar para trás nas nossas conquistas. O próximo, por favor.

**Jornalista:** Em inglês.

**Presidenta:** Olha, o Brasil não tem o menor problema de botar um preço, e fazer um *cap-and-trade*. Porém, é importante dizer que nós temos uma participação muito pequena do carvão na nossa matriz. Essa participação pequena do carvão como fonte geradora de energia, ela que seria a grande possibilidade do Brasil fazer um *cap-and-trade*. Agora, nós podemos ser receptores, nós podemos vender captura de carbono. Por que podemos vender captura de carbono? Porque temos esse reflorestamento que eu acabei de dizer, a recuperação de 15 milhões de pastagens degradadas e a integração de cinco milhões de hectares lavoura-pecuária-floresta. Então a nossa capacidade de captura de carbono é muito grande.

Além disso, nós temos áreas extremamente preservadas pela lei, pela legislação. Então podemos participar, sim, tanto pelo lado da demanda quanto pelo lado da oferta, mas, sobretudo, ao atender à demanda de *cap-and-trade*, se essa for a decisão internacional ou de certos países, nós teremos interesse imenso em participar das negociações.

**Jornalista:** Em inglês.

**Presidenta:** Não, não é bem isso não. Nós vamos fazer, o que nós estamos pretendemos fazer? Nós estamos pretendendo fazer um esforço no sentido de, até 2025, tem dois números; até 2025, 37% em relação a 2005, e 43% em relação a 2030, tudo isso com base em 2005. Quando foi na COP-15, lá em Copenhague, o Brasil assumiu um compromisso na linha do *business as usual* de redução de 36 a 39% neste horizonte, de 2020 a 2025. O que

nós estamos fazendo é manter este horizonte. É óbvio que neste período o PIB vai crescer, o PIB cresce, cresce a renda per capita do Brasil e mesmo se fosse, você estava perguntando, seria um esforço inaudito para manter no nível de 37% a redução. Quanto mais houver crescimento do PIB, a gente sabe que o crescimento do PIB alimenta o crescimento de emissões. O que nós no Brasil vamos fazer é reduzir esse crescimento de emissões ao mesmo tempo que o PIB se amplia e vamos ter a meta ousada de chegar a 43% em 2030. Portanto, um aumento sistemático do PIB com o aumento sistemático da renda per capita do País. É essa a ideia, é óbvio que se você pegar hoje os 82% de redução do desmatamento, o número é muito significativo, nós não vamos manter 82% de redução do desmatamento, se eu falasse isso aqui, seria um escândalo, um absurdo, por quê? Porque senão nós não teríamos feito nada, nós contivemos o desmatamento e temos que continuar contendo. Obviamente, progressivamente, quanto mais a gente se aproximar do desmatamento zero, menor vai ser a participação.

Eu vou ficar sempre, e é a parte mais difícil para qualquer coisa: para universalizar a energia elétrica no Brasil, qual é a parte mais difícil? Não é o primeiro, a metade do caminho, é o fim do caminho. Quando faltam 6%, e os 6% estão nas zonas mais distantes, ou estão no meio da floresta Amazônica ou no interior do continente, em áreas isoladas. A mesma coisa vai ser. Nós vamos ter de, cada vez mais, nos aprimorar, como foi a minha primeira resposta, para combater o desmatamento, porque a experiência desse período demonstra o seguinte: você piscou o olho, é só piscar o olho, eu não estou falando em um ano. Você piscou o olho, o desmatamento volta. Há que ter os dois mecanismos: a prática de repressão e a prática de prevenção e incentivo.

**Jornalista:** Em inglês.

**Presidenta:** Olha, eu acho que nesse caso é importante, você está falando basicamente de por que nós queremos participar do Conselho de Segurança da ONU. Primeira resposta: nós queremos participar do Conselho de Segurança da ONU para cumprir o preceito sobre o qual a ONU foi criada. Qual seja: evitar guerras, construir consensos e buscar soluções que sejam aquelas que possam contribuir para que a humanidade viva em paz. Nós sabemos o preço da guerra, todos nós aqui nessa sala. Sabemos, também, que hoje, a ONU, Conselho de Segurança, precisa lidar com várias situações bastante graves e novas. Primeiro, tem que lidar com a questão de conflitos regionais, armados, que deslocam pessoas, que geram e tiram de dentro de uma caixa, a caixa de Pandora, tiram Estados Islâmicos, que recrutam crianças, que matam homens e mulheres, que destroem o patrimônio da humanidade, e que tem que ser reprimidos.

Sabemos que, ao mesmo tempo, nós não temos visto uma solução muito efetiva só através de intervenções armadas. Isso no que diz respeito ao Iraque, à Líbia, no que diz respeito a própria Síria. Destruir Estados Nacionais, nunca vai levar a uma ampliação da democracia. Eu acho que a última e recente experiência, mostra isso, leva a esse tipo de proliferação de terrorismo. Agora, que tem que ser combatido e tem de ser duramente combatido.

Agora, o problema da representação do Conselho de Segurança na ONU é o seguinte: Quando foi formado o Conselho de Segurança da ONU, a ONU era integrada, se eu não me engano, por 51 países e o Conselho de Segurança tinha 11 países. Hoje a ONU é integrada por 193 países, se não me engano, e o Conselho de Segurança é por 15 países. De lá para cá, daquele momento fantástico pós-Segunda Guerra Mundial, até hoje, muitas coisas foram conquistadas. A gente não pode ser daquele tipo de pessoa que só vê a falha, não vê a conquista. Tudo que a ONU e seu Conselho de Segurança trouxeram de contribuição para o mundo. Agora, o que nós estamos discutindo é daqui para frente, então daqui para frente é fundamental que se expresse no Conselho realidades diferentes.

O mundo foi descolonizado nesse período, então está aí a África. Estão aí os países descolonizados que têm que ter representação. Os países emergentes, mudaram a correlação de forças econômicas; também eles têm que ser representados. O que nós falamos é que há uma outra realidade sócio-política que merece ser considerada. Então, quem são os países que se reuniram? Você está perguntando isso porque nós nos reunimos no G4, formado em 2004, que começa e faz a sua declaração em 2005, O G4 que é a Índia, o Brasil, o Japão e a Alemanha, os quatro, eles representam uma parcela importante, tanto da economia, quanto da população.

Agora, nós não queremos só para nós a representação, nós queremos que se ampliem tanto as cadeiras permanentes como os membros não-permanentes. Nós queremos que haja uma representação mais equânime. Nós não achamos que nós temos a varinha de condão. Agora, nós temos certeza de uma coisa: é na multidão dos Conselhos que está a verdadeira sabedoria, ou seja, na representação mais forte dos países dentro da ONU é que vai estar a verdadeira sabedoria, ou seja, e onde nós vamos conseguir construir os consensos capazes de solucionar problemas que levam a conflitos armados, sem deixar que eles se transformem na tragédia que está sendo a situação da Síria. Nessa tragédia em que o mundo se comoveu pela foto do menino de três anos, morto em uma das praias, pela quantidade de mortos que representam aqueles homens e mulheres, que morreram, os 70 que morreram... Eu acredito que é um nível de tragédia, que os refugiados... E quero te dizer uma coisa: o Brasil é um país de refugiados. Meu pai é um refugiado da Segunda Guerra Mundial. Aqui, se você perguntar, tem muitos refugiados e tem aqueles que foram obrigados a ir para o Brasil, como os africanos, que hoje constituem mais da metade da nossa população, porque nós somos o maior país africano fora da África, que foram escravizados. Então, nós olhamos a questão da pessoa que precisa de abrigo e de acolhimento, nós olhamos com um olhar que faz, que integra, nossa nacionalidade. Por isso que eu sempre digo que todos serão muito bem-vindos. Sempre haverá em quaisquer circunstância, tanto na hora do país crescendo, como a hora do país com suas dificuldades, nós teremos espaço para refugiados.

**Jornalista:** Em inglês

**Presidenta:** Eu acredito que a China deu uma grande contribuição e está dando uma grande contribuição ao mundo. Tenho tido uma relação estratégica com o governo chinês e, no caso, agora, com o presidente Xi Jinping. Acredito que a China faz todo um esforço, tanto por conta de seus compromissos com o resto do mundo mas também com seus compromissos consigo mesma, para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Mesmo considerando que, dentro daquela concepção de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, ela tem menos responsabilidades nas emissões do que os países desenvolvidos. Por exemplo, o Brasil e a China entramos, todos, ambos, atrasados no processo de industrialização, então o que acumulamos de emissão é bem menos do que qualquer país desenvolvido, daí porque a Conferência de Kyoto criou o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada. Então, eu acredito que a China, está dando uma contribuição diferenciada para a questão da redução das emissões ao tratar o seu desenvolvimento com cuidado ambiental. O que não era a norma no momento em que todos os países entraram no processo de industrialização. Nessa medida eu saúdo todas as manifestações feitas recentemente pela China, no sentido de colocar um patamar, um limite na sua emissão. Espero que os outros países em desenvolvimento façam o mesmo. Porque isso será uma grande contribuição na não expansão das emissões de gases de efeito estufa.

**Jornalista:** Inaudível

**Presidenta:** Olha, veja bem: se alguém te der esse cálculo, você me passa, porque eu vou ficar muito feliz. Esse é um cálculo extremamente complexo, extremamente. Até 2030, eu

fazer uma projeção de quanto se vai gastar na atividade, eu teria de fazer um cálculo - eu vou te explicar porque ele é complexo. Eu teria que fazer um cálculo de quanto eu ganharia ao fazer isso. Vou explicar, vou dar um exemplo simples, na área da agropecuária: hoje, plantar direto da palha, - o que é agricultura de baixo carbono? Plantio direto na palha, fixação do nitrogênio no solo, rotação lavoura-pastagem-pecuária e recuperação de pastagem. O que eu ganho fazendo isso? Ganho em termos de produtividade maior da agricultura, porque plantar direto soja na palha, não tirar a palha e deixar a soja sendo plantada na palha, me dá produtividade, me evita o uso de defensivos, de todos os processos que são necessários para que você tenha o maior aumento da produtividade. Então, eu tenho de fazer os dois cálculos. No caso da energia, eu te dou outro exemplo: qual é o ganho que o Brasil tem, há muito tempo, de não ter um único veículo de propriedade dos indivíduos, nenhum dos veículos, vamos dizer assim, de uso não-empresarial, veículo leve, que utiliza hoje 27,5% de etanol, mas ele pode usar, também, porque os carros são *flex fuel*, ele pode usar também mais etanol na parte da gasolina. Quanto que isso vai trazer para nós? É algo extremamente complicado. O que nós sabemos é que esse uso evita emissão, isso nós sabemos com certeza. Usar etanol emite menos do que gás de efeito estufa. Dando um outro exemplo: até agora, a energia hidrelétrica é a mais barata, em termos do que ela dura com a manutenção e também pelo fato da água ser gratuita e da gente poder estocar. O vento podia ser isso também, mas você não conseguiu ainda tecnologia para estocar vento. Então, se a contribuição dos outros países, vamos supor que seja desenvolver uma tecnologia que seja capaz de na eólica estocar, ter uma forma de você estocar, porque o vento ele é diferente em horas do dia. Então, vamos supor que vente mais à noite, como eu faria para estocar isso? Hoje nós usamos as linhas de transmissão, você joga de lá para cá, de lá para lá, para poder capturar isso, mas se tiver uma tecnologia desenvolvida nessa área, todos nós nos beneficiaremos, o mundo inteiro. Segundo, na solar. A solar é uma grande fonte de energia, quanto mais se desenvolverem baterias, talvez você use, seja o futuro o uso da solar para transporte, ou o surgimento de prédios sofisticados, não é nem sofisticado a palavra, de prédios inteligentes, que vão permitir que você, ao invés de gastar dinheiro com energia elétrica, você crie painéis solares, - porque tem pesquisa nesse sentido -, com filmes que se ponha nas janelas; então, depende da tecnologia e, obviamente, no financiamento, o Brasil tem várias oportunidades de financiamento. Eles inclusive, nós temos o Fundo da Amazônia, que há contribuições de países desenvolvidos e que podem participar. Outro senhor perguntou sobre *capt-and-trade*; é uma outra forma de se financiar esse processo. Hoje, até pela situação em que pós- Copenhague o mundo saiu, nós fizemos isso com recursos próprios, porque não tinham outros recursos que a gente pudesse utilizar para fazer isso. Agora, que o futuro pode permitir isso, não tenho dúvida que permitirá.

**Jornalista:** Presidente, no que diz respeito à hidreletricidade, a principal obra do seu governo nesse campo, a Usina de Belo Monte, teve recentemente a licença de operação negada por não cumprir condicionantes. É uma obra que teve inúmeras irregularidades denunciadas pelo Ministério Público Federal e que foi descrita pela então presidente da Funai como desastrosa para as comunidades indígenas. Outro grande projeto do governo, Usina de São Luiz de Tapajós, nem começou e já enfrenta também uma série de questionamentos porque inundaria uma terra indígena em fase final de demarcação. De que maneira a política energética da Amazônia se insere na estratégia que o Brasil vai levar à Paris, e o governo reconhece falhas nesses empreendimentos?

**Presidente:** Veja bem, eu acho que a discussão sobre a questão das fontes de energia, ela tem que ser uma discussão bastante séria. Um país do tamanho do Brasil, ele não consegue se manter se não tiver uma coisa que chama energia de base. Energia de base, até hoje, são aquelas fósseis e físseis, ou seja, o carvão é energia de base, o gás é energia de base, o diesel é energia de base. Para manter um país com 204 milhões de habitantes você tem que

ter energia de base. Tem uma outra energia de base, ela chama hidrelétrica. A energia hidrelétrica, se comparada com essas três fontes, ela é uma das energias mais amigáveis, do ponto de vista ambiental.

Todos os países do mundo, os Estados Unidos, a Europa, muitos, inclusive, dos que nos criticam, exploraram em 85 a 90% seu potencial hídrico. E não abriram mão dele, por quê? Porque é competitivo, é que nem alguém abrir, por exemplo, nos Estados Unidos, mão do *fracking*, porque ele é complicado. O que tem de complicado do ponto de vista ambiental? O que é que procuram? Mitigar os efeitos, por quê? O gás é melhor que usar carvão. Então, a alternativa é que você tem de olhar, a nossa alternativa, do Brasil do ponto de vista ambiental não pode ser carvão. Tanto é que nós só temos 3% de carvão, no máximo. Nós não estamos querendo ir para Amazônia, e colocar uma usina hidrelétrica de carvão no meio da selva. Porque, vamos convir, no país, no Brasil a eólica, a solar, são complementares, elas não são energia de base, o motivo é aquele que eu falei, você não armazena elas, elas são fundamentais para nós. Por isso que nós estamos falando que nós vamos chegar a 23%, por quê? Porque elas complementam essa energia de base, elas dão aporte a ela. Então se eu tiver uma hidrelétrica, e uma solar, e uma eólica, eu tenho uma robustez e garanto um nível de energias renováveis na minha matriz muito maior. Agora eu podia falar não, eu quero solar e eólica junto com carvão. Péssima solução. Solar e eólica com renovável é a solução para que nós possamos emitir menos.

Eu concordo com você de que o Brasil tem de fazer todo o esforço. Bom, primeiro para as empresas cumprirem suas condicionalidades. Aí não é só na hidrelétrica não, é em todas as áreas, porque não existe uma razão para que só a hidrelétrica seja ruim e o resto bom. Todo mundo tem que cumprir condicionalidade. O pessoal que vai construir solar, o pessoal que vai construir eólica, vai cumprir condicionalidade, se não cumprir está errado. E se o governo não fizer cumprir, está errado o governo. Então, nós temos que fazer um esforço enorme para que, quando a gente colocar uma energia toda a energia ela altera, ela é um desequilíbrio, a energia ela é gerada por algum desequilíbrio, se não ela não é gerada. Ou aumenta o calor, ou é a queda, o sopro do vento, enfim, é algum desequilíbrio. Então, o que nós temos de querer? Nós temos de querer que as populações que cercam esses ambientes, eles usam os menos impactados possível, inclusive a população indígena.

Agora vamos lembrar, nós temos no Brasil, eu acho que uma França, não é? De reserva indígena, um pouco mais que uma França, de reserva indígena. Nós temos algo muito parecido com florestas naturais, as FLONAS, as florestas, as grandes florestas naturais e as áreas de proteção ambiental. Nós temos feito imenso esforço para compatibilizar a geração de energia com a preservação ambiental. Tem falha? Ah, não tenha dúvida que tem, mas o fato de ter falhas não significa que a gente vai destruir esse processo, pelo contrário, a gente tem de reconhecê-las e melhorar. Agora, não se iluda, tem falhas em qualquer construção de qualquer projeto, tem falha. Você tem de estar atento quando for implantar uma solar; você tem de estar atento porque você está ocupando terra, terra de plantio, você tem de olhar como é que fica uma eólica, por que tem aquela questão da trajetória dos pássaros. Você quando fizer uma biomassa tem de ter o mesmo cuidado. Então eu quero te dizer o seguinte: O Brasil não pode abrir mão da hidreletricidade ainda, ele abrirá quando ele ocupar o potencial que ele tem para ocupar, ele terá de abrir. E aí, nós estaremos diante dos mesmos desafios que os países desenvolvidos estão: Colocar o quê no lugar? Tem gente que coloca as fontes fósseis. Eu espero que, até lá, tenham se desenvolvido mais, tanto a solar como a eólica, e a combinação desse parque imenso que nós temos com o grid inteligente de energia elétrica permita que a eólica e solar ocupem, crescentemente, esse espaço. Muito obrigada.



Ouçã a íntegra da entrevista (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-entrevista-coletiva-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-sobre-compromissos-brasileiros-para-a-cop-21-nova-iorque-eua-48min20s>) (48min33s) da presidenta Dilma.